



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

SARAH JÉSSICA BRASIL DE OLIVEIRA

**DIVULGAÇÃO DO PASSIVO CONTINGENTE POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
BRASILEIRAS**

**FORTEZA
2016**

SARAH JÉSSICA BRASIL DE OLIVEIRA

DIVULGAÇÃO DO PASSIVO CONTINGENTE POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
BRASILEIRAS

TCC apresentado à Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Profa.Me. Jeanne Marguerite Molina Moreira.

FORTALEZA
2016

DIVULGAÇÃO DO PASSIVO CONTINGENTE POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BRASILEIRAS

OLIVEIRA, Sarah Jessica Brasil de¹
MOREIRA, Jeanne Marguerite Molina²

RESUMO

Este estudo versa sobre a divulgação do Passivo Contingente por Instituições Financeiras brasileiras, com a atualização e revisão de algumas normas contábeis, aproximando a Contabilidade Gerencial e financeira através da divulgação de contingências. A pesquisa tem como objetivo verificar o nível de cumprimento de normas de Contabilidade na divulgação deste item nas Demonstrações Financeiras e em Notas Explicativas, especificamente nos bancos, listados na BM&FBovespa. No presente trabalho verificou-se as informações que as empresas do setor bancário estão divulgando ao mercado, avaliando o comportamento sobre riscos potenciais para os usuários das demonstrações contábeis. O CPC 25 (2009) esclarece como essas informações deverão ser repassadas, indicando às empresas a forma mais eficiente de relatar o tipo de lançamento contábil, propiciando o melhor entendimento possível para os usuários que tenham interesse na informação. Utilizou-se como metodologia a pesquisa descritiva, com uma abordagem qualitativa e procedimento técnico documental e bibliográfico. Os resultados apontam que os itens mais divulgados pelas empresas estão relacionados a processos judiciais vinculados a causas fiscais, cíveis e trabalhistas. Constatando-se que muitas empresas ainda não divulgam informações com qualidade e que expressem a realidade.

Palavras-chave: Passivo Contingente. Instituições Financeiras. CPC.

ABSTRACT

This study focuses on the dissemination of the Contingent Liability by Brazilian Financial Institutions, with the updating and revision of some accounting standards, bringing together the Financial Accounting and the Management Accounting through the dissemination of the contingencies. The research aims to verify the level of compliance with accounting standards in this article disclosure on Financial Statements and Explanatory Notes, specifically in banks, as listed on BM&FBovespa. In this study the informations disclosed to the market by the banking industry was checked, evaluating the behavior on potential risks to the users of the financial statements. The CPC 25 (2009) enlightens how these informations should be disseminated, showing to the companies the most efficient way to reporting the type of accounting posting, providing a better understanding as possible to the users that have interest in the information. It was utilized descriptive kind of research, as well as quantitative approach and bibliographic technical procedure. Results showing that the companies most disclosed items are related to judicial proceedings bounding to civil, tax and labour procedures. Noting that many companies still do not disseminate information with quality or that express reality.

Key Words: Contingent Liability, Financial Institutions, CPC.

1 INTRODUÇÃO

¹ Graduanda em Ciências Contábeis, FEAAC/UFC.

² Professora, orientadora, Mestre em Controladoria, FEA/USP.

A divulgação de demonstrações contábeis em conformidade com normas de Contabilidade vigentes pode oferecer credibilidade aos usuários externos. Segundo o Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON, 2011), a Contabilidade, sinteticamente, é um sistema de acompanhamento que visa avaliar as informações financeiras, econômicas e de produtividade com objetivo de repassá-las aos seus usuários; para tanto é necessário que defina a qual usuário irá evidenciar essas informações.

Há uma premissa de que a empresa que apresenta seus relatórios baseados nas regras essenciais da Contabilidade terá como dar informações confiáveis e transparentes.

As informações fornecidas nas demonstrações contábeis ganham força em ambientes de negócios, que na maioria dos seus aspectos, são ameaçados por possíveis litígios, podendo levar as empresas a perdas substanciais (HENNES, 2014). No entanto apesar da presença constante desses litígios no ambiente de negócios, usuários das informações contábeis revelam que as divulgações por muitas vezes são insuficientes e/ou ineficazes (FASB, 2007). O *International Accounting Standards Board* (IASB) e a *Financial Accounting Standards* (FASB), órgãos de normatização e fiscalização da legislação contábil, têm voltado atenção especial ao cumprimento e à qualidade das normas transmitidas.

Como forma de aperfeiçoar as divulgações de informações contábeis consideradas relevantes aos usuários, o IASB promoveu revisões no *International Accounting Standards* 37, que trata sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes como maneira de incentivar as empresas a serem mais transparentes quanto a publicação de seus Passivos Contingentes (IASB, 2005, 2010; HENNES, 2014). Da mesma maneira, o FASB apresentou minuta que tem como objetivo a revisão do SFAS 5 – *Accounting for Contingencies* (FASB, 2008; 2010).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis deliberou na legislação brasileira, o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, apresentou os procedimentos para reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual está diretamente relacionado com o IAS 37.

Entende-se que a harmonização das normas brasileiras de Contabilidade com as internacionais tornou-se uma necessidade, pois, devido ao crescimento e a globalização da economia mundial os países ampliaram suas negociações, levando à criação de muitas empresas multinacionais. Neste novo cenário a adoção de um padrão de normas internacionais contribui para que os demonstrativos contábeis sejam interpretados por meio de um conjunto padronizado, proporcionando maior consistência das informações contábeis, oferecendo credibilidade e eficiência na comunicação contábil.

Neste exposto, a pesquisa se justifica tendo em vista que permite o esclarecimento de critérios e métodos de mensuração na demonstração dos Passivos Contingentes, para que a informação fornecida pela Contabilidade seja vista com credibilidade, contribuir com estudos sobre divulgação das provisões contingenciais, visando o aprimoramento dessas informações pelas instituições financeiras e acrescentar o campo de estudo sobre o tema justificam esta pesquisa.

Busca-se, portanto, responder a seguinte pergunta: Qual o nível de divulgação dos Passivos Contingentes pelas Instituições Financeiras brasileiras, especificamente o setor bancário, tendo como base de aferição às exigências do CPC 25?

No contexto apresentado, a presente pesquisa teve como objetivo geral verificar o nível de cumprimento de normas de Contabilidade na divulgação de Passivos Contingentes por Instituições Financeiras brasileiras, especificamente bancos, listadas na BM&FBOVESPA.

Os objetivos específicos para atender ao questionamento apresentado são: avaliar o montante do Passivo Contingente em relação ao Patrimônio Líquido; analisar o teor das justificativas quanto aos Passivos Contingentes divulgados em Notas Explicativas; observar a

natureza dos Passivos Contingentes. A pesquisa está respaldada na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.823 de 16 de dezembro de 2009, que autoriza às instituições financeiras a seguirem o CPC 25.

Como metodologia foi utilizada uma pesquisa do tipo descritiva com abordagem qualitativa. A amostra foi composta por 27 companhias abertas brasileiras, pertencentes ao Índice IBOVESPA em 2014. Foram analisadas as Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis, especificamente as seções que tratavam sobre provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A estruturação do trabalho se deu através de uma segmentação em cinco seções, que inclui esta seção denominada Introdução. Posteriormente, propõe-se referencial teórico, em seguida, apresenta-se a metodologia, dando continuidade se fará a análise dos resultados. Finalmente, na seção cinco apresentam-se as considerações finais a respeito do estudo.

2 REFERENCIAL TEORICO

2.1. Conceitos de Provisões, Passivos e Ativos Contingentes

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, foi criada pela Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, para exercer suas funções a fim de assegurar o funcionamento eficiente dos mercados de bolsa e balcão. A CVM (2015) assim define contingência:

Uma condição ou situação cujo resultado final, favorável ou desfavorável, depende de eventos futuros incertos. Em contabilidade essa definição se restringe às situações existentes à data das demonstrações e informações contábeis, cujo efeito financeiro será determinado por eventos futuros que possam ocorrer ou deixar de ocorrer. (CVM, 2015, p. 1).

O CPC 25 (2009), explica que as provisões deverão ser reconhecidas quando três condições forem satisfeitas: obrigação presente (legal – derivada de contratos, ações legais ou legislação - ou não formalizada) resultante de evento passado, levando em consideração que a probabilidade do evento ocorrer seja maior que a probabilidade de não ocorrer; provável saída de recursos (exigência de recursos para liquidar a obrigação); estimativa confiável do valor da obrigação.

As possíveis saídas de recursos devem ser periodicamente avaliadas, para que seja verificado se uma saída de recursos se tornou provável, isso ocorre porque os Passivos contingentes podem desenvolver-se de maneira previamente não esperada. E caso confirmada a saída de recursos, a empresa deverá reconhecer a provisão em suas demonstrações financeiras no período contábil correspondente (CPC 25, 2009).

Importante destacar que segundo Martins (2008) o Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) vem promovendo esforços para harmonizar as normas para um padrão mundial. Assim sendo, o objetivo da Contabilidade Internacional é que os profissionais da área contábil obtenham conhecimentos sobre as normas internacionais de Contabilidade, a fim de que possam adaptar as demonstrações contábeis às exigências de alguns países em que a organização que está sob sua responsabilidade mantenha negociações.

No Brasil o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes (IBRACON) são responsáveis pela normalização contábil. As Normas Brasileiras de Contabilidade de acordo com a Resolução CFC nº 1.282/10, são alicerçadas em seis princípios que representam a essência das doutrinas e teorias predominantes no âmbito científico e profissional do Brasil. O objeto destes princípios é o patrimônio das entidades.

Neste contexto, tanto a legislação brasileira, como as normas internacionais, definem as variações das provisões de acordo com sua probabilidade de ocorrência. Dessa forma, a

provisão poderá ser classificada como provável, possível ou remota. E para cada situação haverá um tratamento diferenciado (CAETANO, 2010).

Não sendo provável a saída de recursos, as provisões não são lançadas em demonstrações, devendo constar apenas em notas explicativas suas especificações qualitativas (TONNETO FILHO; FREGONESI, 2010).

O Evento Passado quando conduz a uma obrigação presente é chamado de evento criador da obrigação. Para atender ao critério de evento passado será necessário que a entidade tenha como única alternativa cabível liquidar a obrigação criada pelo evento, isso poderá ocorrer em duas situações: imposição legal da liquidação da obrigação e, no caso de obrigação não formalizada, quando a entidade cria em terceiras uma expectativa de liquidação da dívida.

O fato gerador que deu origem ao Passivo Contingente é uma das dificuldades de sua contabilização; sabe-se que ocorre no passado, apesar de depender de um evento futuro para que seja confirmado; as decisões judiciais são exemplos puros dessas situações (PADOVEZE, 2008).

O Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON, 2011), esclarece que as Contingências Ativas são possíveis ativos presentes, que decorrem de eventos passados, que terão ou não a existência confirmada, pois depende da ocorrência de um ou mais eventos futuros, eventos estes que fogem ao controle da entidade.

Para Ativos em litígio, por exemplo, que ainda não percorreu todas as instâncias e a empresa já lançou esse ganho, deverá ser constituída perda proporcional ao valor contingente. (CVM, PO-15, 1987). Os Contingentes Ativos não registrados contabilmente deverão ser divulgados em Notas Explicativas com a descrição da sua natureza, a expectativa da companhia sobre sua possível realização e o seu valor potencial.

Hendriksen e Van Breda (2009) classificam os passivos segundo o IASB, onde os passivos são definidos como obrigações presentes de uma entidade, resultado de eventos passados, que provocarão prováveis sacrifícios futuros de benefícios econômicos pela transferência de bens ou serviços a outras entidades.

Por sua vez, Contingências Passivas classificam-se como as possíveis perdas para a entidade. Sob a ótica contábil, existem três classificações para o nível probabilístico desse evento: chance provável de incorrer em um Passivo ou não ganhar um Ativo; chance possível de incorrer em um Passivo ou perder um Ativo; e chance remota de incorrer em um Passivo ou receber um Ativo. (PADOVEZE, 2008).

Salienta-se o fato de o passivo contingente não poder ser reconhecido, porém deve ser divulgado (NIYAMA e SILVA, 2011), a não ser que a possibilidade seja remota para saída de recursos que sacrificuem benefícios econômicos para sua liquidação.

Para que ocorra provisão de valores para um Passivo Contingente será necessário que duas situações sejam verdadeiras: provável diminuição do valor através de evento futuro e razoável estimativa da perda. (CVM, 2015). De acordo com a norma contábil (CPC 25, 2009), Passivo Contingente é:

Uma obrigação possível que resulta de eventos passados e existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque: não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

Antes do CPC 25, qualquer redução do Ativo baseado em alguma estimativa era definida como provisão (IUDICIBUS, 2010). De acordo com Silva e Klann (2012) o pronunciamento surge como forma de aperfeiçoamento e melhora na qualidade da informação, após sua criação, o termo “provisões” passa a ser aplicado com mais precisão.

Deste modo, o Passivo Contingente é um elemento do Balanço Patrimonial de dificuldade para a Contabilidade devido a atribuição de valor para ele. Para tanto, esse subgrupo do Passivo possui considerável tratamento por parte dos órgãos normativos de Contabilidade nacionais e internacionais. (IUDICIBUS, 2010).

2.2 Evidenciação e Mensuração de Provisões, Passivos e Ativos Contingentes.

A evidenciação mais precisa e transparente reduz o nível de incertezas e produz uma simetria com as normas internacionais, possibilitando a eficiências dos mercados financeiros e a melhora da compreensão das informações contábeis, o que consequentemente, ajuda na gestão de risco (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 2009). Isto, pois, as mudanças ocorridas nas normas do *International Financial Reporting Standards* (IFRS) no Brasil, segundo Ribeiro; Ribeiro e Weffort (2013) aumentaram as exigências das informações divulgadas em Notas Explicativas.

Iudícibus, et al (2010, p.593), advertem que um dos maiores desafios da Ciência Contábil, no que se refere à evidenciação, tem sido dimensionar a qualidade e a quantidade de informações que suprem às necessidades dos usuários das demonstrações contábeis. A partir dessa necessidade na evidenciação, surgem as Notas Explicativas.

O IAS 37 e o CPC 25 têm por finalidade estabelecer que as entidades, com base na utilização dos critérios definidos para reconhecimento e mensuração, divulguem suas provisões de acordo com a relevância definida (OLIVEIRA, 2011).

A mensuração se dará após a fase de reconhecimento. O reconhecimento da provisão será baseado na melhor estimativa do sacrifício financeiro exigido para a liquidação da obrigação presente na data do balanço. Esse valor deve ser definido racionalmente pela entidade, além disso, é necessário que seja suficientemente capaz de liquidar ou transferir a obrigação na data do balanço. Porém, a divulgação e o reconhecimento estão baseados em uma interpretação probabilística e estimativa (SUER, 2014).

Tonetto Filho; Fregonesi (2010) acrescentam que Passivos e Ativos contingentes não devem ser divulgados quando não possam ser estimados de forma confiável ou não sejam prováveis suas realizações, devendo-se divulgar em Notas Explicativas apenas suas informações qualitativas. O cálculo mais confiável da estimativa deve considerar riscos e incertezas em torno do evento, uma nova avaliação do risco pode aumentar o valor pelo qual o Passivo é mensurado. Não deve existir subavaliação ou superavaliação na mensuração dos Passivos. Outros estudos buscaram identificar a coerência das demonstrações fornecidas por empresas de vários setores com o CPC 25.

Fonteles, et al (2013) analisaram como as companhias listadas na BM&FBovespa estavam evidenciando provisões e contingencias. A amostra foi composta por 308 companhias, foram analisadas as notas explicativas referentes ao ano de 2010. Os resultados apontaram a presença de antigas práticas contábeis e por consequência a inadequação ao CPC 25.

Um estudo realizado por Da Costa (2013) com 102 empresas estrangeiras que negociam ações na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) e que publicaram seus demonstrativos financeiros em IFRS, levou em consideração três fatores que poderiam afetar a magnitude financeira dos passivos contingentes: setor da empresa, sistema legal do país da empresa e os valores sociais do país da empresa, refletidos pela teoria Gray. Dos três fatores, a teoria Gray foi a única a apresentar diferenças estatisticamente significativas na significância financeira dos passivos contingentes.

Da Silva, et al (2014), ao concluírem uma analise nas Notas Explicativas do período de 2011 em cinco empresas do segmento de mineração, siderurgia e metalurgia listadas no Nível 1 de Governança Coorporativa na BM&FBovespa, verificaram que as provisões refletem pequena parte do passivo das empresas, porém os passivos contingente possuem maior

representatividade, verificou-se também que o termo provisão estava sendo utilizado de forma errada, como por exemplo em contas redutoras do ativo.

Prado (2014) identificou como os riscos potenciais representados por informações contidas nos passivos contingentes e suas provisões se comportam na evidenciação. Os riscos em potenciais das empresas de energia elétrica listadas na BM&FBovespa foram analisados nos anos de 2002, 2006, 2010 e 2012. Os resultados demonstraram que as empresas desse setor evoluíram na divulgação de risco em potencial, principalmente nos anos de 2002 e 2006, este fato está diretamente ligado à modernização da regulamentação contábil neste período. E em 2010 e 2012 houve uma melhora na quantidade das informações relacionadas aos riscos em potencial.

Marques (2015) analisou treze empresas cotadas no índice bolsista PSI 20, nos períodos de 2005 a 2013. Houve evolução positiva no decorrer dos anos no que se refere a qualidade e quantidade de informações divulgadas, ou seja, o nível de divulgação melhorou, isso em função das exigências do IAS 37.

Prado (2014) salienta a importância de que haja uma divulgação bem detalhada das contingências no que se refere aos riscos potenciais. O autor ainda alerta que informações desta natureza são necessárias para os modelos de avaliação das empresas, pois estas podem fornecer ao usuário embasamento para decidir a respeito das relações com a empresa.

Outros autores como Suave, Codesso, Pinto, Vicente e Lunkes (2013), por exemplo, destacam a influência exercida pelas divulgações de contingências na tomada de decisões sobre os investimentos, pois essa demonstração pode evidenciar situações não favoráveis e riscos a que a empresa está sujeita.

Para cada classe de provisão a entidade deverá divulgar uma breve descrição sobre a natureza da obrigação e o cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes, além disso, divulgará as incertezas a respeito do valor ou cronograma de saída e fornecerá por meio da divulgação, sempre que for conveniente, as principais ações tomadas a respeito dos eventos futuros. Por fim, divulgará o valor recebido referente a qualquer reembolso esperado, consequentemente, declarando o Ativo, seja ele qual for, reconhecido devido a esse reembolso esperado. (TEIXEIRA; SILVA, 2009).

A divulgação em Notas Explicativas, quando o Ativo ou Passivo Contingente não for divulgado, deve seguir alguns critérios mínimos: natureza (tributária, ambiental, cível, trabalhistas, etc.), descrição detalhada do envolvimento da companhia no evento, chance da ocorrência de acordo com o critério contábil (provável, possível ou remota), instâncias em que os Passivos contingenciais se encontram (administrativa ou judicial, superiores ou inferiores), avaliação desses Passivos em relação aos negócios da entidade e jurisprudência sobre os Passivos contingentes (CVM, PO 15, 1987).

As provisões deverão ser divulgadas em classes e para cada classe se fazem necessárias as seguintes informações: valor contábil (início e fim do período); provisões adicionais feitas no período, incluindo o aumento das provisões já existentes; valores utilizados na baixa de provisões durante o período; valores não utilizados revertidos durante o período; aumento do valor descontado durante o período a valor presente proveniente do decorrer do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto. (CPC, 2009).

Se houver uma grande população de itens relacionados a uma provisão, todos os possíveis desfechos deverão ser ponderados na obrigação estimada. Esse método é conhecido como “valor esperado”. As provisões deverão ser mensuradas antes mesmo do reconhecimento dos tributos (CPC 32).

O CPC 25 (2009) determina algumas premissas para a evidenciação das provisões, ativos e passivos contingentes, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Itens exigidos para divulgação de Provisões, Passivos e Ativos Contingentes.

ITEM DO CPC	VARIÁVEIS	QUESTÕES	ITEM
84 – A	Q1	O valor contábil no início do período.	PROV
84 – A	Q2	O valor contábil no fim do período.	PROV
84 – B	Q3	Provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes.	PROV
84 – C	Q4	Valores utilizados durante o período.	PROV
84 – D	Q5	Valores não utilizados revertidos durante o período.	PROV
84 – E	Q6	O aumento durante o período no valor descontado a valor presente.	PROV
84 – E	Q7	O efeito de qualquer mudança na taxa de desconto.	PROV
85 – A	Q8	Uma breve descrição da natureza da obrigação.	PROV
85 – A	Q9	O cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes.	PROV
85 – B	Q10	Uma indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas.	PROV
85 – B	Q11	Sempre que necessário para fornecer informações adequadas, a entidade deve divulgar as principais premissas adotadas em relação a eventos futuros, conforme tratado no item 48.	PROV
85 – C	Q12	O valor de qualquer reembolso esperado, declarando o valor de qualquer Ativo que tenha sido reconhecido por conta deste reembolso esperado.	PROV
86 - caput	Q13	Para cada classe de Passivo Contingente (exceto remoto): uma breve descrição da natureza do Passivo contingente.	PC
86 – A	Q14	Para cada classe de Passivo Contingente (exceto remoto): a estimativa do seu efeito financeiro, mensurada conforme os itens 36 a 52.	PC
86 – B	Q15	Para cada classe de Passivo Contingente (exceto remoto): a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída.	PC
86 – C	Q16	Para cada classe de Passivo Contingente (exceto remoto): a possibilidade de qualquer reembolso.	PC
87 – caput	Q17	Determinação quais provisões ou Passivos Contingentes podem ser agregados para formar uma única classe (considerando se a natureza dos itens é suficientemente similar para divulgação única, cumprindo as exigências dos itens 85 e 86 - a e b).	PROV E PC
88 – caput	Q18	Quando a provisão e o Passivo Contingente surgirem do mesmo conjunto de circunstâncias, a entidade deve fazer as divulgações requeridas pelos itens 84 a 86 de maneira que evidenciem a ligação entre a provisão e o Passivo Contingente.	PROV E PC
89 - caput	Q19	Quando for provável a entrada de benefícios econômicos, a entidade deve divulgar breve descrição da natureza dos Ativos contingentes na data do balanço.	AC
89 - caput	Q20	Quando for praticável, a entidade deve divulgar uma estimativa dos seus efeitos financeiros, mensurada, usando os princípios estabelecidos para as provisões nos itens 36 a 52.	AC
90 – caput	Q21	É importante que as divulgações de Ativos contingentes evitem dar indicações indevidas da probabilidade de surgirem ganhos	AC
91 – caput	Q22	Quando algumas das informações exigidas pelos itens 86 e 89 não forem divulgadas por não ser praticável fazê-lo, a entidade deve divulgar esse fato.	TODOS
92 - caput	Q23	Em casos raros, pode-se esperar que a divulgação de alguma ou de todas as informações exigidas pelos itens 84 a 89 prejudique seriamente a posição da entidade em uma disputa com outras partes sobre os assuntos da provisão, Passivo Contingente ou Ativo Contingente. Em tais casos, a entidade não precisa divulgar as informações, mas deve divulgar a natureza geral da disputa, juntamente com o fato de que as informações não foram divulgadas, com a devida justificativa.	TODOS

Fonte: Adaptado do CPC 25 (CPC, 2009).

Para melhor entendimento destacam-se as abreviaturas presentes no Quadro 1, as quais: AC = Ativo Contingente; PC = Passivo Contingente; PROV = Provisão; VARIÁVEIS = Quantidade de variáveis especificadas para o tema; cada variável representa um item obrigatório para evidenciação. No diagnóstico verifica-se 23 variáveis necessárias à divulgação de provisões, passivos e ativos contingentes, devendo-se considerar a obrigatoriedade da divulgação de todos os itens de acordo com cada caso, sempre informando em Notas Explicativas caso a empresa não se enquadre em determinada divulgação e em casos mais raros onde a divulgação de alguma das variáveis venha a prejudicar a posição da entidade em relação a outras entidades, a empresa desobriga-se de sua divulgação, todavia, deve justificar o porquê, descrevendo a natureza da disputa.

2.3 Instituições Financeiras brasileiras

Os bancos são entidades que fornecem serviços financeiros à sociedade, são caracterizados como instituição financeira privada ou pública, a sua atuação não se restringe apenas com dinheiro próprio, mas também com de outros proprietários que depositam para guardar ou para investimento. Como por exemplo, as pessoas físicas, pessoas jurídicas ou governo que utilizam os seus serviços e o banco concede empréstimos a outros clientes cobrando juros e dessa forma auferem lucro e fazem a movimentação e circulação do dinheiro (MENDONÇA; GALVÃO; LOURES, 2011).

O Banco Comercial é a instituição financeira mais comum de uso no dia-a-dia das pessoas físicas e jurídicas, essa instituição pode ser pública ou privada, nacional ou estrangeira. O Banco de Investimento é uma instituição financeira privada que realiza serviços mais específicos, especializado em algumas operações tais como: participação societária de caráter temporário; financiamento de longo prazo da atividade produtiva para suprimento de capital fixo; financiamento de longo prazo da atividade produtiva para suprimento de capital de giro; e administração de recursos de terceiros. Os bancos de investimentos não possuem contas correntes e captam recursos via depósito a prazo, repasse de recursos externos e internos, e vendas de cotas de fundo de investimentos por eles administrados. O Banco Múltiplo é uma instituição financeira que engloba e realiza todos os serviços financeiros dos outros dois tipos de bancos. (MENDONÇA; GALVÃO; LOURES, 2011).

As instituições financeiras são de suma importância para a economia brasileira e para o desenvolvimento social, a geração de crédito para pessoas físicas e jurídicas são fundamentais para este fator. As atividades financeiras estão presentes no cotidiano das pessoas, seja no momento da abertura de uma conta bancária, ou ao realizar compras de suprimentos ou financiar um veículo, a maioria das atividades cotidianas do homem exige movimentação financeira, ou seja, crédito. Assim, essas instituições ocupam um lugar relevante na sociedade, carregando a responsabilidade de serem transparentes com os seus usuários. A divulgação das Demonstrações Contábeis em conformidade com as normas da Contabilidade é uma das formas mais eficazes de apresentar-se como uma empresa confiável e de responsabilidade social. (GOULART, 2003).

Outros estudos sobre as instituições financeiras foram realizados e demonstraram a relevância do tema para a sociedade. Alves (2013) realizou uma pesquisa que tinha por objetivo desenvolver um protótipo para instituições financeiras no controle na corrupção organizacional, salientando a importância da transparência dos processos dentro das instituições financeiras.

Torres e Galdi (2013), verificaram o nível de divulgação das instituições financeiras e as variáveis determinantes para um maior nível de divulgação de informações inerentes à gestão de riscos, tendo como referência os requisitos exigidos pela Circular BACEN nº 3.477 de dezembro de 2009, constatando que instituições financeiras que possuem maior exposição ao risco apresentam maior aderência à norma.

Nesse sentido, uma instituição financeira é transparente ao divulgar publicamente informações seguras e tempestivas, que possibilitem aos usuários realizar uma análise da condição financeira, o perfil de risco e o desempenho dos negócios (BCBS,1998).

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa é descritiva, pois de acordo com Gil (2008) esse tipo de pesquisa tem como principal objetivo a descrição das características de determinadas populações ou fenômenos. O estudo a ser apresentado classifica-se como bibliográfico e documental, pois houve pesquisa em documentos anteriores que versaram sobre o assunto para embasar o referencial teórico, disponíveis em diversos tipos de documentos (livros, artigos, anais e revistas) de natureza qualitativa, uma vez que procura descrever e interpretar os componentes do objeto de pesquisa, ou seja, a caracterização do Passivo Contingente nas empresas, porquanto visa encontrar novas informações e relações para verificação e ampliação do conhecimento disponível sobre o assunto, partindo de questões e focos de interesse amplo. (GODOY, 1995).

A amostra é composta por 27 empresas abertas brasileiras, em um universo de 27 empresas listadas no setor “bancos”, pertencentes ao Índice IBOVESPA em 2014, que trata do “indicador de desempenho médio das cotações dos ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro” (LEMES; COSTA; MARTINS, 2014).

A partir da amostra inicial, que englobava todas as empresas classificadas como “Instituições Financeiras” pela Bolsa de Valores de São Paulo BM&FBovespa, optou-se por reduzi-la somente àquelas empresas que se enquadravam no setor “bancos”, de acordo com a classificação desta mesma instituição.

Os dados financeiros foram extraídos da base de dados das Demonstrações Financeiras, especificamente nas Notas Explicativas, apresentadas pelas próprias empresas a esta instituição já citada.

Foram analisadas as Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis, especificamente as seções que tratavam sobre provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Estas foram utilizadas para avaliar a aderência da empresa ao exposto no CPC 25 sobre evidenciação (Quadro 1).

Para cada um dos 23 itens relacionados, foi verificado se a empresa realizou evidenciação nas Notas Explicativas de acordo com o exposto no item exigido. Em seguida, foi calculado o nível de evidenciação das informações obrigatórias, dividindo-se o total de informações que a empresa deveria ter divulgado, de acordo com o CPC 25, itens 84 a 92.

Uma vez que cada item pode ser classificado como “sim” quando a empresa evidenciou o item obrigatório, e “não” quando a empresa não o fez e “não se aplica” quando a empresa, por exemplo, não teve provisões ou passivos contingentes no período.

Para verificar o resultado do estudo, foram atribuídos os seguintes valores: “1” para os itens que foram evidenciados de acordo com o CPC 25, “-1” para os itens evidenciados em desacordo e “0” para os itens que não se aplicavam à instituição em análise. Ao final somando-se os pontos para classificar cada empresa.

Para demonstração mais clara dos resultados, a análise foi dividida em cinco tabelas que representam cada uma das tabelas, o total de seis questões adaptadas do CPC 25. Após a construção das tabelas, as pontuações foram somadas e totalizaram o valor geral obtido por cada empresa analisada.

A análise também verificou quais itens foram mais ou menos evidenciados em todas as empresas, resultando em um percentual para cada item verificado.

No estudo a natureza dos passivos contingentes foi analisada e apontou quais os principais fatos que os originaram.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para concretizar o objetivo deste estudo foram analisadas as Demonstrações Financeiras dos bancos listados na BM&FBovespa, em especial as Notas Explicativas. Nas Notas Explicativas, buscou-se verificar as seções sobre provisões, ativos e passivos contingentes.

O CPC 25 versa sobre como se deve proceder no tratamento de provisões, ativos e passivos contingentes. Foram verificados valores a respeito dessas classes de contas, a natureza dos fatos que originaram esses lançamentos e, por fim, se a divulgação dessas empresas está sendo feita de acordo com as normas contábeis, em especial o CPC 25.

Os itens Q1 a Q12 aplicam-se a Provisões. O Q13, Q14, Q15 e Q16 correspondem a Passivos Contingentes. As questões Q17 e Q18 são aplicadas tanto a Provisões quanto a Passivos Contingentes. Aos Ativos Contingentes aplicam-se os itens Q19, Q20 e Q21. Por fim, os itens Q22 e Q23 são aplicáveis a todas as contingências, ou seja, Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes.

No Quadro 2 foi exposto o nível de aderência das instituições financeiras aos itens Q1 a Q23, de acordo com a descrição das questões feitas no Quadro 1 desta mesma pesquisa. Os itens Q1 e Q2 indicam às empresas a divulgarem o valor contábil no inicio e no final do período para suas contingências. Nestes dois itens a divulgação ocorreu em acordo com o CPC 25 em todas as empresas pesquisadas, ou seja, houve 100% de divulgação, inclusive para empresas que possuíam essas contas com valor nulo.

Cada empresa apresentou a informação de acordo com seu modelo de divulgação, porém a maior parte das divulgações analisadas inicia a seção sobre passivos contingentes com a informação de saldo inicial e final, descritos em tabelas.

Para o item Q3, que versa sobre provisões adicionais feitas no período, as instituições Banco Amazônia S.A. e Banco do Estado de Sergipe S.A. não divulgaram as adições realizadas no período, ou provisões adicionais, porém tiveram aumentos nos saldos finais do período analisado, ou seja, deveriam por recomendação do CPC 25 divulgar essa informação especificadamente.

As outras empresas componentes da amostra divulgaram suas contingências adicionais ou informaram em Notas Explicativas não existir aumento no período. O item Q4 está relacionado a valores utilizados durante o período, baixas que ocorreram no decorrer do ano da divulgação verificada, a análise apontou que as empresas Banco Amazônia S.A., Banco Daycoval S.A. e Banco Sofisa S.A. não informaram sobre essas ocorrências, porém constatou-se através de análises de saldos iniciais e finais que houve utilização de valores dentro do período analisado. O fato ocorreu nas outras empresas componentes da amostra e foram devidamente divulgados. Na questão cinco (Q5), das vinte e sete empresas analisadas, vinte e duas apresentaram coerência com o CPC 25 em suas evidenciações, visto que informaram em notas explicativas os valores revertidos, quando existia, ou informaram a não existência de valores revertidos. Apenas os bancos ABC Brasil S.A., Amazônia S.A. e Pine S.A. não apresentaram valores não utilizados revertidos durante o período ou informaram sobre a não necessidade de informar esse item. O aumento durante o período decorrente do valor descontado a valor presente, decorrente da passagem do tempo (Q6) foi evidenciado por quinze empresas da amostra, por constatação, sabemos que o valor monetário sofre modificações decorrentes do tempo, deste modo todas as empresas que possuem contingências, por recomendação do CPC 25, devem divulgar esse item para que a informação repassada ao usuário seja tempestiva, atual e coerente com a real situação da empresa. Porém, onze empresas não divulgaram esse item e não informaram em suas Notas Explicativas o motivo da omissão dessa informação, a uma empresa da amostra analisada o

item não teve aplicabilidade por não existir Passivos Contingentes divulgados no ano em referência.

Apenas dez empresas tiveram mudanças na taxa de desconto, conforme especificado no Quadro 2 desta pesquisa, e todas as empresas que tiveram suas taxas modificadas apresentaram os efeitos dessa mudança, como recomenda o CPC 25. No restante das empresas a questão sete (Q7) não se aplica, visto que as empresas não informaram mudanças nas taxas de desconto em suas provisões. A maioria das empresas analisadas, vinte empresas, apresentou a questão oito (Q8) em concordância com a normatização do CPC 25, que recomenda às empresas realizarem uma breve descrição da natureza da obrigação, porém seis empresas da amostra deixaram de pontuar nesses itens por não ter descrito a natureza de uma ou mais contas dessa categoria. Neste item consideraram-se coerentes com o CPC 25 as empresas que descreveram, ainda que brevemente, a natureza da obrigação de cada contingencia evidenciada pela a empresa no período analisado.

Apenas o Banco do Brasil S.A. apresentou um cronograma esperado de qualquer saída de benefícios econômicos resultantes (Q9), já os bancos Santander S.A. e o Consorcio Alfa de Administração S.A. realizaram apenas uma indicação das incertezas sobre o valor dessas saídas, com isso não pontuam no item Q9, mas atendem ao item Q10. Vinte e duas empresas, mais de 80% da amostra, não descrevem ou montam cronograma que atente para a incerteza sobre o valor de uma possível saída de benefícios. Esses itens tiveram alto índice de não aderência, não foi identificado um motivo específico para a não divulgação desses itens (Q9 e Q10). Quanto à divulgação das premissas utilizadas pelas empresas no tratamento de eventos futuros (Q11), todas as empresas pontuaram nesse item, visto que houve nas Demonstrações Financeiras seções específicas para informar ao usuário da informação o tratamento das Provisões e Passivos Contingentes.

Quanto aos reembolsos esperados provenientes de provisões ou passivos contingentes (Q12), na maioria das empresas, quatorze das vinte e sete, não há aplicabilidade deste item, visto que as empresas declararam não prever nenhum reembolso desta natureza.

O item Q13, que recomenda a descrição da natureza de cada conta do Passivo Contingente, foi divulgado à forma do CPC 25 em dezoito empresas, no restante da amostra não houve descrição da natureza de um ou mais contas enquadradas como contingencias passivas. Dos itens relacionados ao Passivo Contingente, especificamente, apenas Q14 foi evidenciado em acordo com o CPC 25 por todas as empresas, com exceção das empresas onde a recomendação não se aplicava. As incertezas sobre o valor ou momento de ocorrência de qualquer saída (Q15) foram divulgadas por três empresas da amostra, demonstrando alto índice de não aderência a esse item.

Na análise pontuaram positivamente as empresas que apresentaram em qualquer momento em suas Notas Explicativas a observação ao usuário sobre incertezas de valores e datas em que os Passivos Contingentes poderiam ocorrer. Com exceção das empresas onde a norma não se aplica, todas as empresas da amostra deixaram de apresentar possíveis reembolsos ou informaram não haver reembolsos prováveis, deixando de atender ao item (Q16) que recomenda a divulgação da possibilidade de qualquer reembolso. Nenhuma empresa correspondeu a 100% de divulgação dentre os itens Q13, Q15 e Q16.

A agregação de Provisões e Passivos Contingentes para formar uma única classe (Q17), em termos gerenciais, esse item facilita a análise dos dados informados pela empresa, possibilitando ao usuário da informação a identificação rápida da natureza de cada conta relacionada. A divulgação desse item foi realizada de acordo com o CPC 25 em todas as empresas, desconsiderando àquelas onde o item não se aplicava. O item Q18 recomenda que quando a Provisão e o Passivo Contingente, surgirem do mesmo conjunto de circunstâncias, a evidenciação em Demonstrações Financeiras deve apontar essa ligação. Nessa questão apenas

dez empresas evidenciaram as ligações entre as contas, na maioria das empresas esse item não se aplica por não existir contas com essa característica específica.

Os itens Q19, Q20 e Q21 normatizam a divulgação do item Ativo Contingente. O item Q19 recomenda que as empresas divulguem uma breve descrição sobre a natureza dos Ativos Contingentes divulgados, verificou-se que seis empresas componentes da amostra atenderam à norma. A maioria das empresas, dezenove no total de vinte e sete, informaram não haver Ativos Contingentes passíveis de divulgação, por ter baixa probabilidade de ocorrência, logo, não houve aplicabilidade desse item a essas empresas.

O item Q20 recomenda que as empresas estimem os efeitos financeiros provenientes da entrada dos benefícios econômicos, de acordo com o seu nível de probabilidade. A última recomendação específica para os Ativos Contingentes (Q21) recomenda que as empresas tenham responsabilidade ao informarem entradas de benefícios, evitando informações indevidas em suas demonstrações.

Verificou-se que os Ativos Contingentes são divulgados pela maioria das empresas, as divulgações correspondem ao exposto no CPC 25, porém apesar das Notas Explicativas comunicarem aos seus usuários o tratamento para essa classe de contas, ainda é pouco o volume de lançamentos evidenciados.

Finalmente os últimos itens, Q22 e Q23, versam sobre a não divulgação de provisões ou passivos contingentes quando estes puderem atrapalhar os negócios da empresa. As duas recomendações servem para Provisões, Ativos e Passivos Contingentes. Para as duas recomendações não houve aplicabilidade da norma nas empresas componentes da amostra, visto que as entidades informaram não existir contas contingentes de caráter sigiloso, que pudessem prejudicar transações empresariais.

Quadro 2 – Resultado da análise dos itens em cada Instituição Financeira S.A

EMPRESAS/VARIÁVEIS	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	Q6	Q7	Q8	Q9	Q10	Q11	Q12	Q13	Q14	Q15	Q16	Q17	Q18	Q19	Q20	Q21	Q22	Q23
BANCO ABC BRASIL	1	1	1	1	-1	-1	0	1	-1	-1	1	1	1	1	-1	-1	1	0	1	1	1	0	0
BANCO ALFA DE INVESTIMENTOS	1	1	1	1	1	1	0	1	-1	-1	1	1	1	1	1	-1	1	0	0	0	1	0	0
CONSORCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO	1	1	1	1	1	1	0	1	-1	1	1	0	1	1	1	-1	1	0	0	0	0	0	0
ALFA HOLDINGS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
BANCO AMAZONIA	1	1	-1	-1	-1	-1	0	-1	-1	-1	1	-1	-1	1	-1	-1	1	0	1	1	1	0	0
BANCO DO ESTADO DE SERGIPE	1	1	-1	1	1	1	0	1	-1	-1	1	1	1	1	-1	-1	1	0	1	1	1	0	0
BANESTES	1	1	1	1	1	1	0	1	-1	1	1	0	1	1	-1	-1	1	0	0	0	1	0	0
BANCO DO ESTADO DO PARA	1	1	1	1	1	1	0	1	-1	-1	1	0	1	1	-1	-1	1	1	0	0	1	0	0
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	1	1	1	1	1	1	0	1	-1	-1	1	0	1	1	-1	-1	1	0	0	0	1	0	0
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL	1	1	1	1	1	-1	0	1	-1	-1	1	0	1	1	-1	-1	1	1	0	0	1	0	0
BANCO NORDESTE DO BRASIL	1	1	1	1	1	-1	0	-1	-1	-1	1	-1	-1	1	1	-1	-1	1	1	-1	0	0	0
BANCO BRADESCO	1	1	1	1	1	1	0	1	-1	-1	1	1	1	1	-1	-1	1	1	1	1	1	1	0
BANCO DO BRASIL	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	-1	-1	1	1	1	1	1	1	0
BRB BANCO DE BRASILIA	1	1	1	1	1	1	0	1	-1	-1	1	0	1	1	-1	-1	1	0	0	0	1	0	0
BANCO BTG PACTUAL	1	1	1	1	1	-1	0	1	-1	-1	1	0	1	1	-1	-1	1	1	0	0	1	0	0
BANCO DAYCOVAL	1	1	1	-1	1	1	0	-1	-1	-1	1	-1	-1	1	-1	-1	1	0	0	0	1	0	0
BANCO INDUSVAL	1	1	1	1	1	1	0	1	-1	-1	1	-1	1	1	-1	-1	1	0	-1	-1	1	0	0
ITAU UNIBANCO HOLDING	1	1	1	1	1	1	1	1	-1	-1	1	0	1	1	-1	-1	1	1	0	0	1	0	0
ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU	1	1	1	1	1	1	1	1	-1	-1	1	1	1	1	-1	-1	1	1	1	1	1	0	0
BANCO MERCANTIL DO BRASIL	1	1	1	1	1	-1	1	1	-1	-1	1	-1	-1	1	-1	-1	0	1	0	0	0	1	0
BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS	1	1	1	1	1	-1	1	-1	-1	-1	1	0	-1	1	-1	-1	1	0	0	0	0	1	0
BANCO PAN	1	1	1	1	1	-1	1	1	-1	-1	1	-1	1	1	-1	-1	1	-1	0	0	0	1	0
PARANA BANCO	1	1	1	1	1	-1	1	1	-1	-1	1	0	-1	1	-1	-1	1	-1	0	0	1	0	0
BANCO PATAGONIA	1	1	1	1	1	-1	1	-1	-1	-1	1	0	-1	1	-1	-1	1	-1	0	0	1	0	0
BANCO PINE S.A.	1	1	1	1	-1	1	1	-1	-1	-1	1	-1	-1	-1	1	-1	-1	1	0	0	0	1	0
BANCO SANTANDER (BRASIL)	1	1	1	1	1	-1	1	1	-1	-1	1	1	0	1	1	-1	1	1	0	0	0	1	0
BANCO SOFISA	1	1	1	-1	1	-1	1	1	-1	-1	1	1	0	1	1	-1	-1	1	1	0	0	1	0
TOTAL	26	26	22	20	20	4	10	14	-24	-18	26	-3	10	26	-20	-23	26	7	4	4	24	0	0

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

A empresa Alfa Holdings S.A. não divulgou nenhum dos vinte e três itens analisados nessa tabela por não se aplicar a nenhum deles.

O Quadro 2 descreve o resultado da pesquisa de forma numérica e detalhada, levando em consideração os itens descritos no Quadro 1, que foi elaborado considerando-se as recomendações exigidas pelo CPC 25.

O somatório de cada empresa foi atribuído considerando os vinte e três itens analisados na pesquisa e a contagem de “1” para “sim”, “-1” para “não” e “0” para “não se aplica”, conforme já mencionado na metodologia desta pesquisa, apontou que nenhuma das empresas evidenciou todos os itens de acordo com o CPC 25.

O Banco do Brasil S.A. foi à empresa que evidenciou mais itens, quinze no total, em acordo com a norma contábil, tendo três itens onde não houve aplicabilidade da norma, e dois itens onde pontuou negativamente por não ter divulgado em concordância com a norma contábil, sendo assim o mais aderente dentre as empresas analisadas o Banco Amazônia S.A. foi a empresa que menos evidenciou os itens do Quadro 1, dentre as empresas selecionadas, estando aderente a seis itens dos vinte e três relacionados. Para quatro itens não se obrigou a divulgar, pois não havia aplicabilidade.

Onze questões não foram tratadas como recomenda a norma contábil, dessa forma, o Banco Amazônia S.A. está menos aderente à norma contábil, de acordo com o período analisada nesta pesquisa.

No Quadro 3, o percentual de divulgação de cada item é exposto, exibindo as quais itens as empresas estão mais ou menos aderentes. Conforme a tabela, as recomendações Q1, Q2, Q11, Q14, Q17 e Q20 tiveram 100% de evidenciação por parte das empresas.

Dessa forma, conclui-se que as empresas estão aderentes a essas específicas recomendações do CPC 25. Outras questões foram evidenciadas por mais da metade das empresas analisadas, tiveram seus percentuais acima de 50%, são eles: Q3, Q4, Q5, Q6, Q8, Q13, Q18, Q19 e Q21.

O restante dos itens da pesquisa ficou abaixo da metade, isso pode ser justificado também pelo fato de que em alguns itens não há aplicabilidade do CPC 25, deixando como 0% algumas questões, são elas: Q7, Q9, Q10, Q12, Q15, Q16, Q17, Q20, Q22 e Q23.

Quadro 3: Percentual de evidenciação das questões adaptadas do CPC 25.

QUESTÕES	PERCENTUAL (%)
Q1	100,0%
Q2	100,0%
Q3	92,3%
Q4	88,5%
Q5	88,5%
Q6	57,7%
Q7	0,0%
Q8	76,9%
Q9	3,7%
Q10	11,5%
Q11	100%
Q12	26,3%
Q13	69,2%
Q14	100%
Q15	11,5%
Q16	4,0%
Q17	100%
Q18	76,9%
Q19	75,0%
Q20	100%
Q21	96,0%
Q22	0,0%
Q23	0,0%

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Nenhuma das empresas divulgou suas Demonstrações Financeiras atendendo a todos os requisitos solicitados pela norma contábil atual. Dessa forma pode-se verificar que apesar dos avanços dos órgãos normativos para estabelecer padrões na divulgação, aumentos das pesquisas relacionadas à uniformização das divulgações de informações de cunho financeiro, as empresas ainda precisam ajustar suas demonstrações para que alcancem a totalidade de coerência com o que recomenda as normas contábeis e, dessa forma, haja maior padronização das informações divulgadas.

Na análise constata-se que algumas empresas da amostra estão próximas da evidenciação das informações, como o Banco do Brasil S.A., por exemplo, pois deixaram de pontuar positivamente em menos de cinco itens exigidos no CPC 25.

No estudo realizado, apenas uma empresa não aplicou as normas contábeis a respeito de contingências, a empresa Alfa Holding S.A. Segundo dados fornecidos através das Notas Explicativas, a empresa não teve provisões, ativos ou passivos contingentes nesse período que justificassem a divulgação em Demonstrações Financeiras, logo, na pesquisa nenhuma das questões tiveram aplicabilidade. O que não significa que a empresa esteja em desacordo com as recomendações do CPC 25, visto que recomenda-se que as Provisões, Ativos e Passivos Contingentes não sejam divulgados quando não há real expectativa de realização.

A natureza dos fatos que geraram as provisões ou passivos contingentes é diversa, porém, segundo as Notas Explicativas analisadas, as que mais se repetem estão relacionadas a seguir: ações cíveis geralmente relacionadas à revisão de contrato e de indenização por danos morais e/ou matérias; ações trabalhistas, relacionadas a discussões sobre pretensos trabalhistas, tais como hora extra, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria, dentre outros;

As Instituições estudadas revelaram em suas Notas Explicativas que seja o provisionamento é realizado após análise em relação a um valor mínimo estipulado por cada empresa, considerando que esses processos são divididos em processos massificados (quando não há relevância de valor) ou individualizados (em casos com valores relevantes).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No cenário atual do país, onde casos de fraudes e corrupção estão sendo descobertos em diversas empresas de grande porte, a transparência nas Demonstrações Financeiras e a concordância com o que as normas contábeis exigem, se torna algo fundamental para manter a confiabilidade dos usuários externos. O setor bancário atua como personagem de grande relevância para a sustentabilidade dos negócios por sua evidente importância social.

Este estudo permitiu o entendimento de que os comitês internacionais em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, a Comissão de Valores Mobiliários e o Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes são responsáveis pela normatização contábil tem como objetivo principal o Patrimônio das entidades.

A pesquisa foi realizada em relação ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, estabelecendo que as empresas aplicassem critérios de reconhecimento e de mensuração voltados para provisões e a Passivos e Ativos contingentes, devendo as informações ser devidamente divulgadas nas Notas Explicativas.

Na análise dos resultados propôs-se verificar como se as empresas estão realizando o tratamento adequado das Provisões e Passivos Contingentes em concordância com a norma contábil atual. Com os resultados foi verificado que nenhuma empresa está atendendo em sua totalidade ao que recomenda o CPC 25. As informações pesquisadas nesse estudo podem servir como base para tomada de decisões para usuários interessados em investirem nas empresas pesquisadas, bem como em casos de fusão de empresas, visto que as informações a respeito de provisões e passivos contingentes podem diminuir consideravelmente o patrimônio dessas instituições em caso de perdas em ações em transito.

Apesar da maior parte dos bancos pesquisados neste estudo possuir um nível de aderência ao CPC 25 com percentual maior que 50% na maioria de suas exigências, nenhuma empresa do setor apresentou 100% de conformidade com o pronunciamento em questão. E algumas inclusive ficaram abaixo de 50%, o que poderia ocasionar erros de interpretação na leitura financeira das empresas desse setor.

Um Passivo Contingente pode afetar consideravelmente o Patrimônio de uma empresa, dessa forma, este trabalho torna-se relevante por sua contribuição social, pois ao analisar quais instituições evidenciam de forma responsável informações que podem modificar a tomada de decisões de investidores e também a transparência de seus negócios para com os seus usuários, demonstra que este tema é atual e relevante não só entre as empresas analisadas, mas também em outros setores da sociedade.

A contribuição do estudo para a classe contábil se faz evidente se analisar o cenário atual do País. Os bancos têm sido um dos setores que mais lucram, portanto, a Contabilidade se torna essencial no acompanhamento do tratamento que está sendo dado ao Patrimônio dessas instituições, podendo inclusive servir como forma de demonstrar à sociedade como esse setor está atuando e que tipo de influências os cidadãos podem sofrer com demonstrações incompletas ou em desacordo com os padrões contábeis vigentes. Dessa forma o profissional contábil se coloca em um papel de relevância e de grande responsabilidade para o crescimento efetivo e transparente da sociedade, pois estará informando a todos os interessados quais empresas deste setor estão prestando os serviços de forma coerente.

Além disso, este estudo foi relevante para o aprofundamento de pesquisas que contemplam a relação entre a Contabilidade e as demonstrações de instituições financeiras, tendo em vista que o tema tem passado por mudanças no cenário contábil de forma geral e a sua contextualização permite com que as empresas atinjam maior estabilidade no mercado, não se esgotando o assunto para futuras pesquisas. Com o estudo outras questões surgiram, tais como: se as empresas com maior aderência ao CPC 25 possuem maior lucratividade, ou ainda, como investidores observam as empresas que não divulgam suas informações em conformidade com o CPC 25. Os dados analisados foram referentes ao ano de 2014, podendo os dados desta pesquisa servir para futuros estudos em anos seguintes ou anteriores.

REFERÊNCIAS

ALVES, L.C.F. **Sistema Especialista no Controle da Corrupção Organizacional: Proposta de um Protótipo para Instituições Financeiras.** 2013. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento) – Faculdade de Ciências Empresariais, Universidade FUMEC.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. (1987) *Circular 1.273 – Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional.* Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normAtivos/circ/1987/pdf/circ_1273_v1_O.pdf>. Acesso em 25.04.2014.

_____. (2008) *Resolução 3565 – Estabelece procedimentos relativos ao registro contábil de reavaliação de imóveis de uso próprio por parte de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.* Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/normAtivos/busca/normAtivo.asp?tipo=Res&ano=2008&numero=3565>>. Acesso em 29.04.2014.

BASEL COMMITTEE ON BANKING SUPERVISION (BCBS). **Enhancing Bank Transparency: public disclosure and supervisory information that promote safety and**

soundness in banking systems. Basel: BIS, 1998. Disponível em: <www.bis.org>. Acesso em: 16 abr. 2015.

BRASIL. Resolução CFC nº1.282, de 02 de junho de 2010. Atualiza e consolida dispositivos da Resolução CFC nº 750/93, que dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade. http://www.normaslegais.com.br/legislacao/respostaocfc1282_2010.htm. Acesso em: 20 dez 2015.

CAETANO, T. P.; SILVA, T. B.; BIESDORF, S.; LEAL, E. A. Evidenciação do Passivo Contingencial nas Demonstrações Contábeis: um estudo nas Empresas de Papel e Celulose. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 10. 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução nº 1.282/10: Princípios Fundamentais de Contabilidade. Brasília, 2010.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. (2015) *Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 02/2015 – Orientações gerais sobre procedimentos a serem observados pelas companhias abertas, estrangeiras e incentivadas.* Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/circ/sep/anexos/oc-sep-0215.pdf>>. Acesso em 12.01.2016.

_____. *Pareceres de Orientação – Consolidação – Notas Explicativas.* Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/port/snc/Pareceres_new.asp#NOTAS>. Acesso em 13.05.2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. (2009) *Pronunciamento técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.* Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=56>>. Acesso em 10.04.2014.

_____. (2009) *Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.* Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=63>. Acesso em 07.05.2014.

DA COSTA, E.B. Passivos contingentes na bolsa de valores de Nova York: Uma análise comparativa entre as empresas estrangeiras. 2013. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Universidade Federal de Santa Catarina.

DA SILVA, T.S.; CARRARO, W.B.W.H.; DA SILVA, L.M. *Análise do cumprimento das exigências de reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes em empresas de mineração, siderurgia e metalurgia.* 2014. Porto Alegre, 14 (27), 89-103.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (FASB), 2007. *Accounting for Contingencies.* Board Meeting Handout, Norwalk, CT. Disponível em <<http://www.fasb.org/cs/BlobServer?blobcol=urldata&blobtable=MungoBlobs&blobkey=id&blobwhere=1175818782339&blobheader=application%2Fpdf>>. Acesso em: 09 mar. 2016.

_____. (2008) *Proposed Statement: Disclosure of Certain Loss Contingencies: An Amendment of FASB Statements No. 5 and*

141(R). Exposure Draft, Norwalk, CT. Disponível em: <<http://www.fasb.org/news/nr060508.shtml>> Acesso em: 09 mar. 2016.

_____. (2010). *Proposed Accounting Standards Update: Contingencies (topic 450): Disclosure of Certain Loss Contingencies*. Exposure Draft, Norwalk, CT. Disponível em: <<https://asc.fasb.org/imageRoot/73/6954873.pdf>> Acesso em: 09 mar. 2016.

FERREIRA, J. A. S. Contabilidade de Custos. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

FILGUEIRAS, C. Manual de Contabilidade Bancária. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

FONTELES, I. V.; NASCIMENTO, C. P. S.; PONTE, V. M. R.; REBOUÇAS, S. M. D. P. Determinantes da evidenciação de provisões e contingências por companhias listadas na BM&FBovespa. **Revista Gestão Organizacional**, v. 6, n. 4, p. 85-98, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Arilda S., Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades, in **Revista de Administração de Empresas**, v.35, n.2, Mar./Abr. 1995^a, p. 57-63. Pesquisa qualitativa. – tipos fundamentais, In Revista de Administração de Empresas, v.35, n.3, Maio./Jun. 1995, p. 20-29.

GOULART, A. M. C. **Evidenciação Contábil do Risco de Mercado por Instituições Financeiras no Brasil**. 2003. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.

HENDRIKSEN, E. S; VAN BREDA, M. F. Trad. **Teoria da Contabilidade**. 5^a. Ed., São Paulo: Atlas, 2009.

HENNES, K. M. Divulgação de responsabilidades legais contingentes. **Jornal de Contabilidade e Política Pública**, v. 3, n. 1, p. 32-50 de 2014.

IAS 37 – International Accounting Standards n. 37, IN: *International Accounting Standards*. IASB: Londres, 2002.

IBRACON. Normas e Procedimentos de Contabilidade. NPC 22 - Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas. 2011.

IUDÍCIBUS, S de. Análise de Balanços. São Paulo: Atlas, 2010.

_____.; MARTINS, E.; GELCKE, E.R. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável à toda as sociedades de acordo às normas internacionais e do CPC**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEMES, S.; COSTA, P. DE S.; MARTINS, V. A. Efeito na Comparabilidade das Escolhas Contábeis de Empresas Brasileiras no Reconhecimento de Imobilizado. In: 38º Encontro da ANPAD. 2014. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: RJ, 2014.

MARTINS, E. A nova lei das SA e a internacionalização da Contabilidade. Disponível em: <http://www.cfc.fipecafi.org/download.asp?Tipo=2> >. Acesso em: 01 out. 2015.

MARTINS, G. A.; THEOPHILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MENDONÇA, H F de; GALVÃO, D J C; LOURES, R F. Risco das instituições financeiras e o impacto sobre a atividade econômica: uma análise com dados em painel para o Brasil. **Revista Pesquisa e Planejamento Econômico | PPE** | v. 41 | n. 1 | abr. 2011.

NIYAMA, J K; SILVA, C A T. **Teoria da Contabilidade.** 2. ed São Paulo: Atlas, 2011.

OLIVEIRA, M. A. S.de. ***Disclosure das contingências e provisões passivas.*** 2011. 100 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUOS-8YAL24>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

OLIVEIRA, A. F.; BENETTI, J. E.; VARELA, P. S. ***Disclosure* das provisões e dos passivos e ativos contingentes: um estudo em empresas listadas na BM&FBovespa.** In: Congresso da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT), 5, 2011, Vitória. **Anais...** Vitória: Anpcont, 2011.

PADOVEZE, C L. **Manual de Contabilidade Básica:** Contabilidade Introdutória e Intermediária. 6 Ed. São Paulo : Atlas, 2008.

RAMOS, D.A.; LUSTOSA, P. R. B. **Verificação empírica da value relevance na adoção das normas internacionais de contabilidade para o mercado de capitais brasileiro.** Contexto, Porto Alegre, v. 13, n. 25, p. 70-83, set./dez. 2013. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/36450>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

RIBEIRO, A. C.; RIBEIRO, M. S.; WEFFORT, E. F. J. Provisões, contingências e o pronunciamento CPC 25: as percepções dos protagonistas envolvidos. **Revista Universo Contábil**, v. 9, n. 3, p. 38-54, 2013.

RIBEIRO FILHO, J F, LOPES, J, PEDERNEIRAS M. **Estudando Teoria da Contabilidade.** 1^a. Ed., São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, M. Z. da; KLANN, R. C. Impacto do CPC 25 no Nível de Provisionamento nas Empresas do Setor de Alimentos Listadas na BM&FBOVESPA. In: 15 °. SEMEAD. 2012, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2012. Disponível em: <http://www.eadfea.usp.br/semead/15semead/resultado/an_resumo.asp?cod_trabalho=493>. Acesso em: 24 jun 2014

SUAVE, R.; CODESSO, M. M.; PINTO, H. M.; VICENTE, E. F. R.; LUNKES, R. J. Divulgação de Passivos Contingentes nas empresas mais líquidas da BM&FBovespa. **Revista da UNIFEBE**, v. 1, n. 11, 2013.

SUER, A. Z. O Reconhecimento de Provisões: evidências de empresas não-financeiras BIST100 .**Procedia Economia e Finanças**, v .9, p. 391-401 , 2014. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2212567114000409>> Acesso em: 13 de janeiro De 2016.

PRADO, F.J. **Análise do comportamento da divulgação das informações sobre provisões e passivos contingentes das empresas do setor de energia elétrica listadas na BM&FBOVESPA.** 2014. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

SUAVE, R.; CODESSO, M.M.; PINTO, H.M.; VICENTE, E.F.R.; LUNKES, R.J.: **Divulgação de passivos contingentes nas empresas mais líquidas da BM&FBovespa.** Revista da UNIFEPE, 1 (11), 1-17.

TEIXEIRA, C.; SILVA, A. F. *The interpretation of verbal probability expressions used in the IAS/IFRS:* Some Portuguese evidence. Tékhne-Revista de Estudos Politécnicos, n. 12, p. 57-73, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/tek/n12/n12a05>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

TONETTO FILHO, V; FREGONESI, M S F do A. Análise da variação nos índices de endividamento e liquidez e do nível de divulgação das empresas do setor de alimentos processados com a adoção das normas internacionais. In: CONGRESSO USP DE CONTABILIDADE E CONTROLADORIA, 10., 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2010.

TORRES, M C; GALDI, F C. Análise da aderência do disclosure da gestão de riscos pelas instituições financeiras à circular Bacen 3.477. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 10, n. 21, p. 137-158, dez. 2013. ISSN 2175-8069. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2013v10n21p137/25881>>. Acesso em: 13 jan. 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.5007/2175-8069.2013v10n21p137>.